

Economistas têm projeto alternativo

Um série de propostas de curto prazo para resolver o problema de estrangulamento externo cambial, passando por medidas de âmbito internacional, até de política interna, foi apresentada ontem pelos economistas Paulo Rabello de Castro, Cláudio Contador, Celso Martone e Nelson Praga, na sede da Sociedade Rural Brasileira, em reunião da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais. O Conselho Diretor, porém, só se reunirá nas próximas semanas para decidir a aprovação ou não do documento de 70 páginas, "Projeto Alternativo de Emergência".

Para o problema da dívida externa existem sugestões a três níveis, pois o estudo pondera que a responsabilidade não é só dos devedores, mas também dos credores. Assim, propõe que os bancos credores continuem a conceder novos créditos ao Brasil, transformando os de curto prazo em longo prazo, para que ele possa manter sua dívida. Já os governos dos países credores devem repassar o excesso de juros — provocado por suas políticas monetárias de ajustes — ao FMI ou outras entidades, que repassariam, por sua vez, esses recursos aos países devedores. Finalmente, os países devedores, em especial o Brasil, devem elaborar um plano plurianual de superávit da balança comercial, que é a única garantia do País pagar os juros.

Todas essas medidas, porém, de

acordo com o estudo, só terão resultado se o Brasil apresentar um plano articulado que vise a retomada do crescimento econômico.

Nesse sentido, também há uma série de sugestões: eliminação da indexação rígida da Resolução 802, o que, porém, não significa apoio à proposta do ex-ministro Mário Henrique Simonsen de desindexação total, mas sim parcial e gradual; orientação da economia para agricultura, construção civil e pequena e média empresa; modificação da sistemática do IOF, que atinge todo tipo de operação creditícia, no sentido de reduzir alíquota ou isentar de imposto determinados setores. Propõe ainda favorecer a liberação de preços da agricultura e tornar os preços dos insumos mais próximos da paridade internacional; e redução de subsídios creditícios para agricultura e exportação, os quais seriam compensados por uma taxa cambial mais realista, já que consideram que a última máximasvalorização do cruzeiro não foi suficiente.

Quanto ao auxílio desemprego, os economistas são contrários à adoção de sistemática nos moldes dos países desenvolvidos, mas são favoráveis a um auxílio em frentes de trabalho regionalizadas ou a nível municipal. Eles calculam que para absorver cinco milhões de pessoas seriam necessários investimentos de Cr\$ 500 bilhões.

O documento propõe também modificações "nada amenas" na área fiscal, como instituição de empréstimo compulsório para os rendimentos de capital atualmente não tributados, e aumento do Imposto de Renda de pessoas jurídicas.

Como consequência da redução de subsídios, o estudo sugere a elevação de preços de produtos comercializados pelo Estado — petróleo e trigo —, mesmo que isso custe "uma inflação corretiva a curto prazo". Acha importante ainda a unificação dos orçamentos fiscal, monetário e das estatais, ou pelo menos a aprovação dos três pelo Congresso Nacional, e não apenas só do fiscal como é feito hoje.

Os economistas reconhecem que esse conjunto de medidas não irá satisfazer todos os setores, mas acham que elas são imprescindíveis para que o País resolva seu problema externo e, consequentemente, volte ao ritmo de crescimento interno.

Paulo Rabello de Castro, redator da Conjuntura Econômica, salientou, durante a reunião, que é preciso divulgar o déficit público, para que os próprios economistas com base nesses dados possam fazer sugestões. Já o economista Cláudio Contador lembrou que a queda de investimentos, em decorrência da crise atual, estaria colocando em perigo a evolução tecnológica do parque industrial brasileiro. (F.T.)